

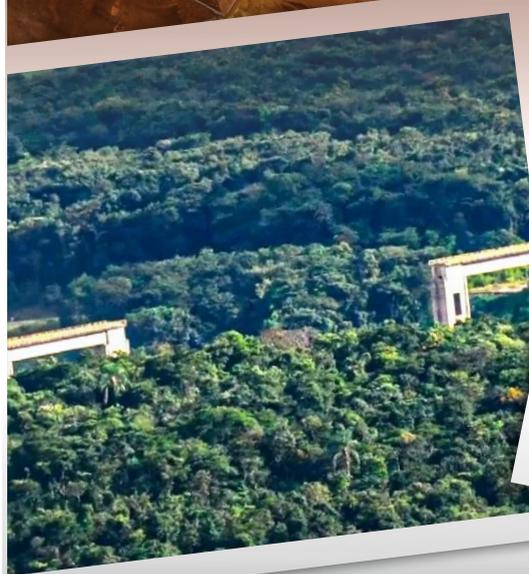
Gabriela Cavalcanti, da Aedas, fala sobre estudo em defesa da continuidade do PTR.

VOZES do Paraopeba



Minas Gerais - fevereiro de 2025 | Ano 4 | Edição 39 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  **Aedas**

ACORDO JUDICIAL COMPLETA 4 ANOS EM UM CENÁRIO DE INCERTEZAS



VOZES DA GENTE

Veja os depoimentos das pessoas atingidas sobre a importância da ATI

pág. 03

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Cristina de Medeiros, da Rua Amianto, relata como é ser uma mulher atingida PCD

pág. 04

REUNIÕES INTERCOMUNITÁRIAS

Comunidades das regiões 1 e 2 se reúnem para discutir danos coletivos

pág. 05

6 ANOS DO DESASTRE-CRIME

Veja como foram os atos no 25 de janeiro em Brumadinho

pág. 10

EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, Mateus Leme com PCT's) da Bacia do Paraopeba. A Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Gerência Geral

Diva Braga
Ranúzia Neta
Nina de Castro Jorge
Gabriela Cotta

Coordenação de Comunicação
Elaine Bezerra

Gestão Operacional
Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,
Valmir Macêdo, Diego Cota,
Júlia Rohden, Douglas Keesen,
Isis de Oliveira, João Dias

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Julia Rocha,
Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra
Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Telefone - (31) 9 9840-1487

Região 1 - Brumadinho
atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 - Betim, Igarapé, Juatuba,
Mário Campos, São Joaquim de Bicas,
Mateus Leme com PCT's
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

4 ANOS DO ACORDO: SEM REPARAÇÃO, AS PESSOAS ATINGIDAS QUESTIONAM O FIM DO PTR

Em um contexto social, ambiental, político e cultural atravessado pelo desastre-crime há 6 anos, não há respostas materiais às denúncias e manifestações das pessoas atingidas. São 4 anos de um acordo judicial fechado entre o Estado de Minas Gerais, as Instituições de Justiça e a empresa Vale S.A. sem a devida participação das pessoas atingidas. Diante disso, frisamos que um dos anexos do acordo (Anexo I), visa a reparação socioeconômica (Anexo I.2 -PTR, I.3/I.4 projetos dos serviços e políticas públicas e Anexo I.1 os projetos de demandas das comunidades), porém, nesse bojo em que, segundo as pessoas atingidas das regiões assessoras, não há a concretização de medidas reparatórias, projetos consolidados, acessos as políticas públicas, e o início do anexo I.1, é anunciada a redução e a finalização do Programa de Transferência de Renda.

“Apontar a redução e o fim do PTR é não colocar as pessoas atingidas na centralidade

Foto: Arquivo Aedas



Mural de cartazes durante manifestação em Brumadinho em janeiro de 2023

As pessoas atingidas questionam essa redução prevista para março de 2025 e a sua finalização em janeiro de 2026, pois, ainda há dificuldades no acesso ao Programa, cadastros que não tiveram respostas sobre o recebimento ou não, há pleitos solicitados pelos grupos organizados nos territórios atingidos que tiveram retorno sobre a negativa ou a inserção no Programa. O território vive um cenário de muitas incertezas.

Além disso, destacamos que os relatos das atingidas e atingidos evidenciam um não reestabelecimento socioeconômico da vida delas, abalo a renda, o estigma da contaminação, os danos à saúde física e psicológica, falta de informação, nenhuma conde-

nação aos responsáveis pelo desastre-crime e duas joias ainda não encontradas.

Reduzir e acabar o PTR sem a Reparação estar consolidada é deixar as pessoas em insegurança, é corroborar com estruturas sociais desiguais aos grupos vulnerabilizados, as categorias profissionais. É não assegurar condições mínimas para os modos de vidas das pessoas nos territórios atingidos. Apontar a redução e o fim do PTR é, mais uma vez, não colocar as pessoas atingidas na centralidade do debate e das decisões, como foi feito no acordo há 4 anos. É não olhar e não agir para as nuances das violações contra a vida e a natureza, que atingem as pessoas em suas integralidades.

VOZES DA GENTE

No Vozes da Gente desta edição, confira os depoimentos das pessoas atingidas das Regiões 1 e 2 sobre a importância da Aedas em suas vidas para garantir a participação informada e a luta pela reparação.

APRENDENDO E LUTANDO POR DIREITOS

“A Ciranda é um espaço onde as crianças e adolescentes aprendem, de uma forma diferente, como lutar e ter os seus direitos. É um lugar que temos bate-papo, brincadeiras, oficinas de arte e muitas coisas legais, aprendendo assim como ser um militante que busca reparação.



MARYA FERNANDA ROCHA CASTRO - 10 ANOS,
Satélite - Juatuba

IMPORTÂNCIA DA ATI NA BUSCA POR REPARAÇÃO

“A maioria das vezes, nós, atingidos, não temos conhecimento técnico ou jurídico e a Aedas, por meio de jornais, ofícios, oficinas e cartilhas, tem nos ajudado a buscar justiça e reparação. São muito acolhedores, preocupados com o bem-estar dos atingidos. Não podemos perder a assessoria, ela é um direito conquistado.



NIVANETE DOS SANTOS,
Charneca - Betim

ATI É DIREITO DAS COMUNIDADES

“A Aedas é importantíssima porque nós somos leigos. Todas as nossas dúvidas, eles estão esclarecendo. Que o pessoal não tire a nossa assessoria, enquanto essa reparação não for concluída, enquanto Brumadinho não conseguir andar sozinha.



SÔNIA MACHADO,
Massangano - Brumadinho

UNIÃO PROMOVIDA PELA ATI

“Uma grande importância da Aedas é que é nossa ATI. Então, a gente que é atingido, ela quem socorre a gente e a gente vem sendo preparado há 2, 3, 4 anos em conjunto. Através desses espaços, a gente vem conhecendo pessoas diferentes e aprendeu a conviver com todos os tipos de pessoas.



JOÃO CARLOS,
Maricota - Brumadinho



Participe do Vozes da Gente! Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagent



aedasmg.org | [@aedasmg](https://www.instagram.com/aedasmg)



histórias atingidas

Se essa rua,
se essa rua
fosse minha...

Texto e fotografias: Felipe Cunha

"CRISTINA SONHA COM UMA CIDADE MAIS ACESSÍVEL."



CRISTINA DE MEDEIROS, 52 ANOS
 ■ COMUNIDADE TRADICIONAL
 RIBEIRINHA DA RUA AMIANTO

Em 2020, Cristina precisou se submeter a uma cirurgia na coluna devido a um comprometimento do nervo ciático que a levou usar andador. “Antes disso, já sentia dificuldades na perna, mas ainda conseguia usar a bengala. Passei a usar andador depois do rompimento. Minha perna piorou por causa do quadril, que ficou mais comprometido”, comenta.

Os danos do crime ambiental estão no corpo e na alma. Os problemas respiratórios se agravaram. Doenças de pele surgiram sem explicação, tratadas com pomadas que aliviam por um tempo, mas nunca curam, e os olhos já não enxergam como antes – oito graus de miopia dificultam ainda mais a jornada.

“Na Rua Amianto, era todo mundo unido”, lembra. Mas agora a rua também é dor. De um lado, o trem carregado de minério que corta a cidade rumo a outros países. Do outro, o rio Paraopeba, que um dia foi fonte de vida e hoje leva consigo resíduos de contaminação. A cada chuva forte, o medo volta.

O barulho da sirene ainda ecoa em sua memória: “Ficamos com aquilo na cabeça, aquele medo de acontecer de novo. No dia do rompimento, o rio foi enchendo... Ficamos traumatizados. E a gente vai perdendo a graça”.



TÍNHAMOS
 LIBERDADE
 DE BRINCAR,
 IR À BEIRA DO
 RIO, PESCAR,
 PLANTAR

Cristina de Medeiros nasceu e cresceu na Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto, em Brumadinho. A comunidade tradicional se formou ao longo de seis gerações da família Gonçalves e Medeiros, tornando-se um território de identidade e pertencimento para muitas famílias.

Aos 52 anos, com um filho e uma vida inteira de lembranças construídas nesse território, viu sua história ser atingida pelo rompimento da barragem e, posteriormente, por enchentes. Dois primos seus não sobreviveram ao desastre-crime. A rua

que antes era sinônimo de acolcho e pertencimento virou um espaço de resistência.

“Nasci aqui, foi de geração para geração, éramos uma família grande, praticamente metade da rua morava minha família”, conta. “Era tranquilo, tínhamos liberdade de brincar, ir à beira do rio, pescar, plantar, ficar à vontade... e depois do rompimento, tudo ficou comprometido.”

A lama secou, mas as marcas ficaram. A casa onde morava segue em pé, trincada, ameaçando ruir a qualquer momento. Hoje, Cristina vive de aluguel social, mas ainda na mesma rua, se agarrando às suas raízes.

Ela sonha com uma cidade mais acessível, com transporte adaptado para pessoas com deficiência, pois quem tem mobilidade reduzida, enfrenta mais desafios e perde sua autonomia. Almeja também que a Vale, responsável pelo rompimento da barragem, olhe para os atingidos, que saia dos gabinetes e enxergue de perto o impacto humano e ambiental de sua atividade.

“A Rua Amianto, na minha vida, antes era uma bênção. Hoje, fizeram ela perder o valor, perdeu o encantamento, a alegria. Mas a comunidade ribeirinha é luta e união pela retomada de nossos modos de vida”.

Cristina segue resistindo. A rua que um dia foi sua, ainda é, mas agora, também é terra de batalha.

RODADA DE REUNIÕES INTERCOMUNITÁRIAS APRESENTA CONFERÊNCIA DA LISTA PRÉVIA DOS DANOS COLETIVOS

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO. O resultado é fruto dos diálogos coletivos nos territórios em 5 anos de atuação da ATI

Isis de Oliveira

A Aedas realiza, nesse mês de fevereiro, uma rodada de Reuniões Intercomunitárias (RIs) nas regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba com o objetivo de fazer a Conferência da Lista Prévia dos Danos Coletivos. A apresentação desses resultados é um marco, fruto de um processo de diagnóstico construído com a participação das pessoas atingidas entre 2020 e 2023.

Na metodologia das RIs, as pessoas atingidas de diferentes bairros e comunidades se reúnem em seus agrupamentos, enquanto um processo de preparação dos futuros conselhos locais da Governança do Anexo I.1. A discussão é sobre a lista prévia de danos sofridos pelas comunidades que compõe esse coletivo, e que poderão ser base para medidas de reparação por meio dos recursos do Anexo I.1. As reuniões ocorrem em Brumadinho (Rurais, Zona Quente e Sede) e nos municípios da região 2: Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Mateus Leme.

VISITAS TÉCNICAS E CADERNO DE DANOS COLETIVOS

Como parte do processo, foi realizada a entrega do “Caderno com a Lista Prévia de Danos

Coletivos do Agrupamento, base para a reparação no Anexo I.1” e da “Lista Prévia de Danos Coletivos da Região” durante as Visitas Técnicas realizadas em 2024. O caderno e a lista da região foram apresentados para as lideranças, que puderam conferir as informações e trazer contribuições das comunidades durante as RIs.

RODADAS

Juliana Funari, Coordenadora da equipe do Anexo I.1 na Aedas, destaca a importância dos resultados. “É um marco de um processo participativo de construção do diagnóstico, em que trazemos uma parte importante dos resultados que poderá basear a reparação através do Anexo I.1. É um instrumento fundamental para as lutas das pessoas atingidas na reparação integral.”

Mãe Kymazande, do Centro de Umbanda Mãe Maria Conga, em São Joaquim de Bicas, avalia que o debate foi produtivo. “Acho que é muito importante para as pessoas acabarem de tirar dúvidas e complementar mais alguma coisa que falta [em relação a listagem prévia de danos]”, diz.

“Nós debatemos a questão dos danos ambientais, os danos à saúde, os danos às comunidades e os impactos do rompimento da barragem da Vale”, resume Natália de Freitas,



Foto: Felipe Cunha / Aedas

1ª rodada da RI com o Agrupamento 1 de Igarapé em Juatuba

atingida de Campo Verde em Mário Campos, que também participou das atividades.

Alessandra Ferreira Souza da Vila Cruzeiro, em Betim, destaca que o espaço também é um local de trocas. “Juntando os atingidos num lugar só, a gente aprende, tira as dúvidas. Sem ajuda da Aedas, a comunidade sozinha não conseguiria estar bem-organizada assim”.

Em Brumadinho, Rose de Paula destaca a importância da participação popular. “Que as pessoas que não tiveram a

oportunidade e são de outras localidades do município participem. Afinal de contas, todos nós queremos a reparação integral, então a participação de todos é importante, é necessária”, aponta.

As crianças também participaram de forma lúdica na Ciranda. “Meu desejo é que todo mundo tenha muita saúde e o rio volte a ser como antes. Nossos direitos são brincar, comer e sair”, aponta Augusto Barbosa de Monte Calvário, Betim.

Foto: Júlia Rohden / Aedas



Crianças e adolescentes em atividade na Ciranda, em São Joaquim de Bicas

ACORDO COMPLETA QUATRO ANOS SEM EFETIVA REPARAÇÃO NA VIDA DAS PESSOAS ATINGIDAS

REPARAÇÃO. Falta de participação direta na construção e execução do Acordo é a principal queixa nos territórios

Diego Cota e Lucas Jerônimo

Construído e assinado entre a Vale S.A., o Governo de Minas, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), o Acordo Judicial completa 4 anos ainda sob críticas por parte da população atingida, que questiona o alcance real da reparação dos danos do rompimento.

O Acordo, que teve mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), visaria reparar parte dos danos coletivos e difusos decorrentes do rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho, que terminou a vida de 272 pessoas e causou uma série de danos sociais, ambientais e econômicos na bacia do Rio Paraopeba e Represa de Três Marias.

“A cada dia tem violações diferenciadas

SEM POVO

Desde o início das tratativas sobre o Acordo, em 2020, a não participação das pessoas atingidas na construção dos termos e nas decisões sobre a reparação foi motivo de mobilizações e denúncias feitas pelas comunidades em busca de espaço para que a realidade de atingidos e atingidas fosse de fato contemplada.

“Desde o desenhar do Acordo, não participamos. Ele já chegou para nós amarrado. Diante disso, não tivemos chance de debater e incidir em pontos importantes definidos no Acordo e que, dia a dia, experimentamos”, afirma a atingida Didi, do Comitê Popular da Zona Rural de Piedade do Paraopeba.

Atingidas e atingidos alegam insuficiência e demora na execução de projetos previstos para a reparação, o que se soma a outras questões como a falta de resposta para situações emergenciais, a falta de indenização individual justa, insegurança hídrica e alimentar e agravamento de problemas de saúde, por exemplo.

Segundo relatos da população nas regiões atingidas assessoradas, obras previstas no Acordo estão sendo realizadas em regiões que não atendem diretamente a



Foto: Aedas

Atingidos se manifestam contra Acordo, no TJMG

população atingida. Há também a constatação de projetos de fortalecimento de políticas públicas que não foram realizados e de que a reparação socioeconômica não ocorre como deveria.

Michelle Rocha, de Citrolândia, em Betim, atribui as falhas na reparação à ausência de espaço para a participação das pessoas atingidas. “O balanço desses 4 anos desse acordo feito a portas fechadas é, o que eu tenho para dizer enquanto atingida, que foi um acordo malfeito, sem ver a expectativa do atingido e atingida da bacia. Nada que foi feito nesse acordo, bem dizer foi para o povo mesmo que está vivendo a realidade”, diz a atingida.

MEIO AMBIENTE ATINGIDO

A Reparação Socioambiental evidencia como é escassa a possibilidade de participação da população atingida. Essa parte do Acordo, a de construção do Plano de Recuperação Socioambiental, do Anexo II.1, está sob responsabilidade da Vale, que faz a contratação das empresas que realizam as intervenções.

Outro apontamento feito constantemente pelas pessoas atingidas diz respeito às limitações do

Acordo, visto que, por exemplo, há registros de novos danos, ainda sem diagnóstico dos riscos. Estudos ambientais realizados na Bacia do Rio Paraopeba evidenciaram graves danos à saúde e ao meio ambiente em decorrência do rompimento. Metais pesados como arsênio, cádmio e manganês estão acumulados em peixes, na água, solo, ar e na vegetação.

“O que eu tenho para dizer enquanto atingida, é que foi um acordo malfeito

Esta realidade fundamenta a exigência das pessoas atingidas de que os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) sejam executados com qualidade e agilidade para uma análise detalhada dos riscos e o estabelecimento de medidas de proteção da população. A finalização das quatro fases desses estudos, que são conduzidos pelo Grupo EPA, não foi concluída no prazo, que era dezembro de 2024. Nem mesmo a primeira fase foi finalizada e devolvida às pessoas atingidas até a presente data.

DIREITO À ATI

As atividades relacionadas ao Acordo Judicial são apenas uma parte da reparação. No atual escopo de trabalho das Assessorias Técnicas Independentes

(ATIs), definido via Termo de Compromisso com as Instituições de Justiça, não foi previsto o acompanhamento das ações da Reparação Socioambiental enquanto prioridade.

Já o Plano de Trabalho do Processo das ATIs visa o assessoramento em atividades que não são do Acordo, entre elas, a construção de propostas reparatórias relacionadas aos danos novos e supervenientes, o acompanhamento na execução dos ERSHRE e da perícia realizada pela UFMG.

A implementação desse Plano, já aprovado pelo juiz Murilo Silvio de Abreu e que aguarda o petição das Instituições de Justiça, é fundamental na garantia da participação informada e do reconhecimento dos danos sofridos pela população atingida, visando o cumprimento da garantia do direito à Assessoria Técnica Independente (ATI) - presente nos Art. 3º da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Peab) e da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

Igualmente será a elaboração e a implementação do Plano de Trabalho da Liquidação, voltado para a fase da liquidação coletiva dos danos individuais

EFEITOS DA REPARAÇÃO NO TERRITÓRIO

Após seis anos do desastre-crime e quatro anos do Acordo de Reparação, a atingida Claudia Saraiva, de Brumadinho, não vê efeitos positivos. Ela cita o aumento nos preços dos aluguéis para exemplificar um problema causado pelas ações no município. “Hoje não tem como alugar uma casa pequena, porque

é mais de R\$ 2.500. A cada dia tem violações diferenciadas. O território só é descaracterizado como um território produtor de agropecuária, de mexerica, de hortaliça. O efeito [do Acordo] foi o da desvalorização dos seres humanos e a valorização da mineradora Vale”, completa.

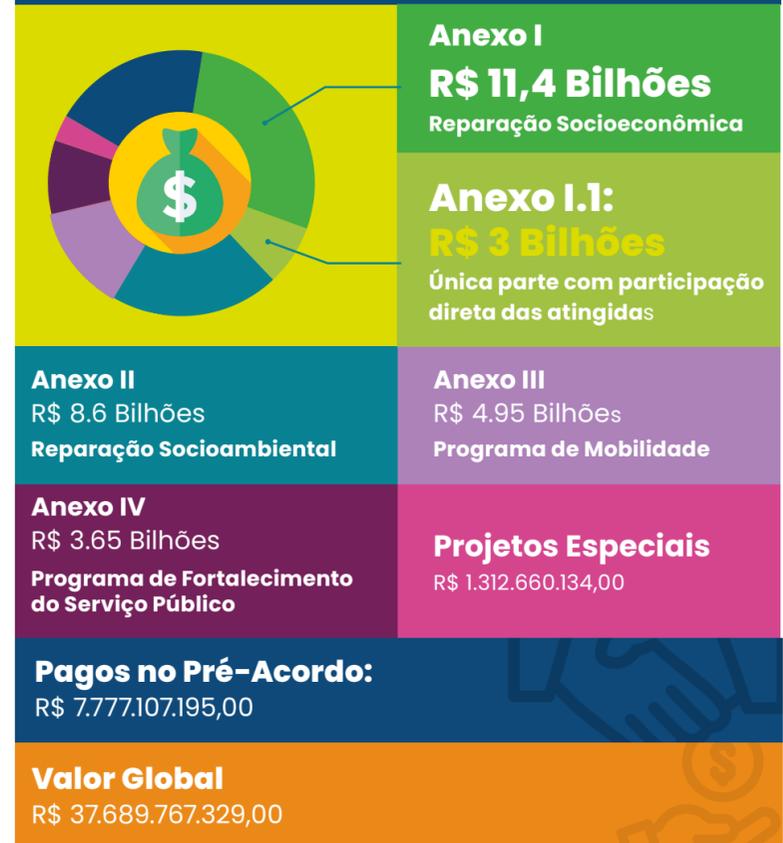
Michelle Rocha, de Citrolândia, fala sobre as expectativas para os próximos períodos. “Quanto a expectativa que a gente tem é que o governo, as IJs, possam refazer esse Acordo que não atendeu. O socioambiental não foi reparado, os projetos que tinha que vir para as comunidades ainda não vieram. A gente não foi indenizado. Nada sobre

o que realmente a gente esperava, que é um olhar humanizado para o povo da bacia do Paraopeba”, pontua.

“Não tivemos chance de debater e incidir em pontos importantes definidos no Acordo

Divisão de recursos do Acordo de Reparação

Poder de decisão dos atingidos e atingidas não chega a 8% do valor global do Acordo.



AEDAS DIVULGA ESTUDO QUE DEFENDE CONTINUIDADE DO PTR SEM REDUÇÃO

ENTREVISTA. Gabriela Cavalcanti, coordenadora da equipe dos Anexos I.2, I.3 e I.4., explica os principais pontos do documento

Foto: Júlia Rohden/Aedas

Júlia Rohden

O Programa de Transferência de Renda (PTR), pagamento mensal realizado para mais de 153 mil pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale, será reduzido pela metade em março de 2025 (exceto para familiares de vítimas fatais, crianças e adolescentes) e deve encerrar em janeiro de 2026. Nesse contexto, a partir de solicitações das Comissões de Atingidos e Atingidas das regiões 1 e 2, a Aedas elaborou o estudo “PTR: continuidade e não redução”.



Mobilização na sede da FGV em Brumadinho

Quais os principais destaques do estudo?

Gabriela Cavalcanti: Nós destacamos a caracterização da população assessorada, com um olhar voltado para os marcadores sociais da diferença e das principais demandas e problemas relacionados ao PTR que chegam para a equipe técnica da Aedas.

Outro ponto importante é a explicação sobre a execução e impactos do PTR, trazendo as implicações do Programa no desenvolvimento socioeconômico, os problemas e fragilidades de sua execução.

Por fim, trazemos os possíveis caminhos jurídicos para a continuidade do PTR após janeiro de 2026, tratando de

pontos como a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) como precedente normativo.

O estudo apresenta dados coletados pela Aedas em relação ao PTR. Poderia comentar quais são e o que revelam de importante no debate sobre a continuidade do programa?

G.C: O estudo traz, a título de demonstração, que de janeiro a dezembro de 2024, a Aedas realizou 1.320 atendimentos sobre o PTR, o que representa aproximadamente

51% do total de atendimentos realizados pela ATI entre todos os assuntos relacionados à reparação. A Aedas também recebeu 189 demandas (coletivas ou individuais) de

pessoas ou comunidades que apresentam algum problema relacionado ao Programa, representando aproximadamente 23% de todas as demandas recebidas no período.

Esses números demonstram que, mesmo após mais de três anos do início, o PTR ainda é uma das principais pautas levantadas pelas pessoas atingidas, já que é a medida de reparação mais concreta e palpável para os atingidos até hoje.

O alto número de demandas, atendimentos, reclamações e problemas relacionados ao PTR confirmam essa realidade. Por isso, entendemos que a redução ou fim do PTR antes que a reparação integral seja efetivada pode gerar graves consequências na vida das pessoas atingidas.

“
O PTR ainda é uma das principais pautas levantadas pelas pessoas atingidas”



Foto: Lucas Jerônimo / Aedas

Mobilização das pessoas atingidas pela continuidade do PTR

O documento destaca a questão das pessoas atingidas que estão em maior vulnerabilidade. Qual é a avaliação da Aedas sobre esses grupos?

G.C: O estudo apresenta uma contextualização da população atingida com relação à raça/cor; à identificação de gênero; faixa etária e se é PCD (Pessoa com Deficiência) ou não, ressaltando que a população atingida não é homogênea, mas sim diversa, e que se deve ter um olhar atento aos grupos mais vulneráveis.

A FGV indicou a redução de 50% do valor das parcelas a partir de março, com exceção dos familiares de vítimas fatais e das crianças e adolescentes. Segundo a Fundação, as Instituições de Justiça resolveram preservar o valor pago

às crianças e adolescentes por serem grupos mais vulneráveis. No entanto, o que se observa é que outros grupos vulneráveis que terão suas rendas mensais drasticamente reduzidas não foram levados em consideração.

As pessoas atingidas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade sofrem os danos de forma agravada, o

“As pessoas atingidas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade sofrem os danos de forma agravada”

que demanda uma priorização no processo de reparação, a fim de que não se reproduzam ou intensifiquem as desigualdades e violações de direitos vivenciadas por esses grupos.

Em relação à execução do PTR, quais são as principais questões apontadas pelas pessoas atingidas?

G.C: São muitas as demandas e problemas apontados pelas pessoas atingidas. Um dos problemas principais são atrasos e falhas no pagamento das parcelas do PTR. Há também problemas relacionados a informações divergentes entre o 0800 da FGV e o atendimento presencial. Os atingidos relatam que se ligam no número 0800 032 8022 recebem uma determinada orientação, mas se vão ao atendimento presencial já recebem outra orientação diferente.

Outra reclamação recorrente é a falta de transparência sobre os custos de operacionalização do programa pela FGV. Por fim, a demora na análise dos cadastros é outro ponto importante com muitas reclamações sobre o desrespeito ao prazo de 15 dias para análise dos cadastros.

Para finalizar, quais são as perspectivas sobre o PTR apontadas no estudo?

G.C: O estudo foi encaminhado para as Instituições de Justiça e espera-se conseguir demonstrar que as perspectivas sobre o PTR devem ser de não redução do valor das parcelas e de continuidade do PTR até que a reparação integral seja uma realidade na vida das pessoas atingidas. Além disso, é importante pontuar que quando essa redução se iniciar, que não seja feita de forma abrupta.

25 DE JANEIRO: MEMÓRIA DAS 272 JOIAS FOI CELEBRADA NO SEXTO ANO DO ROMPIMENTO



Famílias das vítimas durante ato da AVABRUM

BRUMADINHO. Desastre-crime matou 272 pessoas e provocou danos na Bacia do Rio Paraopeba

Diego Cota

São seis anos de saudades das 272 joias, vítimas fatais do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale S.A., no município de Brumadinho, ocorrido em 2019. Desde então, um grito por justiça e contra a impunidade ecoa pelas diversas vozes do território atingido.

No último dia 25 de janeiro, mais um momento marcante na busca por justiça e celebração da memória foi realizado em Brumadinho. A Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário (Renser) promoveu a VI Romaria pela Ecologia Integral a Brumadinho, a AVABRUM realizou o Ato Por Justiça, Encontro, Memória, Não Repetição e Direito dos Familiares e, na comunidade Córrego do Feijão, foi celebrada uma missa em memória das joias.

Com o lema “A esperança não se engana”, a VI Romaria teve início com uma celebração eucarística no Santuário

Arquidiocesano Nossa Senhora do Rosário, reunindo centenas de romeiros de Minas Gerais, atingidas e atingidos pela mineração e pessoas que se somaram em solidariedade aos familiares.

“

A gente vive realmente no dia 25 todos os dias

Em seguida, a romaria saiu em direção à Praça Saudade das Joias, local onde a AVABRUM organizou uma série de homenagens. No percurso, os romeiros levantaram cartazes, fizeram orações e cânticos.

O ato dos familiares teve início com a chegada da imagem de Nossa Senhora da Abadia da Água Suja e da cruz com os nomes das 272 joias. Às 12h28 foi feito o minuto de silêncio e a soltura de 2.195 balões,

representando a quantidade de dias desde o rompimento.

Neste mesmo horário, em 25 de janeiro de 2019, a estrutura da barragem colapsou, despejando uma avalanche de lama sobre as vítimas fatais e provocando danos socioambientais sem precedentes na Bacia do Rio Paraopeba.

A presidente da AVABRUM, Nayara Cristina Ferreira, comentou sobre o ato. “A gente tenta fazer desse evento um abraço para os familiares. É o momento que eles têm para se reencontrarem, conversarem, se abraçarem, porque pra gente é muito doído. A gente vive realmente no dia 25 todos os dias”, afirmou.

CAMINHADA E MISSA MARCARAM AS CELEBRAÇÕES NO CÓRREGO DO FEIJÃO

A caminhada foi conduzida por moradores locais e pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), sinalizando nas casas e terrenos os nomes das joias perdidas, seus familiares e entes queridos que tiveram que deixar o território, em um deslocamento forçado pela Vale. Em seguida, a Igreja Nossa Senhora das Dores abriu suas portas para uma missa. Desde 2019, em todo dia 25 é realizada uma missa para homenagear as vítimas. Às 12h28, o sino da igreja ressoou em 272 badaladas.

Foto: Felipe Cunha/Aedas



Celebração no Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora do Rosário

giro de **notícias**



Foto: Redes Sociais

Joia encontrada

Após 6 anos e 12 dias do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, mais uma joia foi encontrada. Os segmentos de Maria de Lourdes da Costa foram localizados pelo Corpo de Bombeiros no dia 6 de fevereiro e confirmados pelo IML. Maria de Lourdes, que tinha 59 anos na época do rompimento, era corretora imobiliária e estava a passeio em Brumadinho, hospedada na Pousada Nova Estância.

6 anos de lama invisível



Foto: Aedas

Em 08 de fevereiro completaram-se 6 anos do acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragem de Mineração (PAEBM) da ArcelorMittal. Centenas de pessoas das comunidades de Pinheiros, Lagoa das Flores e Vieiras, em Itatiaiuçu, tiveram que sair às pressas de suas casas, devido ao risco de rompimento da barragem Serra Azul. São mais de 2 mil dias de luta por uma reparação justa e com os sonhos interrompidos devido às incertezas de uma lama invisível.

Memorial Brumadinho



Foto: Reprodução TV Globo

A Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho (AVABRUM) inaugurou, em 25 de janeiro, o Memorial Brumadinho, em homenagem às 272 joias que perderam a vida no desastre-crime. O espaço, para eternizar a história das vítimas, está localizado na comunidade Córrego do Feijão. A inauguração foi parte da programação do dia 25, marco dos 6 anos do rompimento.

Jornada de Luta das Mulheres Atingidas



Foto: MAB

Mulheres atingidas de diversos estados farão uma jornada de lutas em Brasília nos dias 24 a 27 de março de 2025. A previsão é de participação de 600 mulheres. A atividade envolve um calendário de lutas do MAB, que se inicia em março, com o Dia Internacional das Mulheres - 8 de Março, inclui o Dia Internacional de Lutas contas as Barragens pelos Rios, pelas Águas e pela Vida e faz parte da preparação para a participação na COP30, em novembro deste ano. Na pauta, está a regulamentação e aplicação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas (PNAB), mudanças climáticas, acesso a políticas públicas nos territórios atingidos, entre outros temas.



A ATI está ao lado das pessoas atingidas

Pela garantia da centralidade do sofrimento da vítima e da participação informada

A Aedas é uma **ferramenta a serviço das pessoas atingidas** das Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba na cobrança por direitos e no acompanhamento dos processos de reparação. Por meio de espaços participativos semanais, a Aedas recebe e encaminha solicitações, ofícios e estudos a pedido das pessoas atingidas. A ATI não se constrói sozinha, a pauta da assessoria é a pauta coletiva dos territórios, organizada juntos com as pessoas atingidas.